

**Media para a paz e *peacebuilding*:
Um mimetismo das dissonâncias da ajuda internacional?**

Sofia José Santos

2010

RESUMO

O estabelecimento de meios de comunicação social para a paz em cenários pós-conflito constitui uma iniciativa que se tem vindo a desenvolver desde os finais da década de oitenta e que conheceu os seus maiores passos na primeira década do século XXI. Contudo, a proliferação deste tipo de projectos, em diversos países, contrasta ainda com uma evidente escassez na análise académica das possibilidades e dos limites dos media para a paz nestes cenários, bem como na análise crítica desse tipo de intervenção. Este trabalho assume como objectivo identificar pistas de agenda de investigação que contribuam para colmatar essa lacuna. Partindo do registo de uma clara contradição entre o mandato formal que tem legitimado, do ponto de vista intelectual e político-institucional, a acção dos media para a paz, em contextos de reconstrução pós-bélica, e as condições de paz que estes, na realidade, promovem no terreno, proponho-me desenhar um paralelismo entre a intervenção no âmbito das missões de *peacebuilding* e as missões que se inserem no sistema da ajuda internacional, usando, para tal, dois conceitos: ideologia e tecnologia.

Palavras-chave: media; paz; *peacebuilding*; ideologia; tecnologia

1. Introdução

O estabelecimento de meios de comunicação social para a paz (i.e. media dirigida a um público local específico que orientam a sua programação no sentido de contrariar as dinâmicas de violência) por parte de actores externos (e.g. Nações Unidas - NU - e Organizações Não-governamentais - ONG) em cenários pós-conflito constitui uma iniciativa que se tem vindo a desenvolver desde os finais da década de oitenta e que conheceu os seus maiores passos na primeira década do século XXI. Porém, a proliferação deste tipo de projectos em diversos países (como, por exemplo, na Libéria, Serra Leoa, Angola, República Democrática do Congo, Uganda, entre outros) contrasta ainda com uma evidente escassez na análise crítica deste tipo de intervenções.

A montante e a jusante desta ausência analítica está essencialmente, a meu ver, a natureza tecnológica dos media para a paz, que exacerba uma certa preponderância, na análise, para a concentração na sua forma tecnicista, racional e otimizada, em paralelo com uma alienação face às suas dinâmicas de conteúdo, contribuindo assim para que os media sejam tendencialmente encarados como um mero veículo tecnológico (consequentemente, objectivo e neutro) e não enquanto um agente no

terreno que obedece a uma agenda política situada. A este carácter aparentemente apolítico da tecnologia associa-se a bandeira/objectivo declarada do modelo que os media para a paz integram - o próprio conceito de paz - que exacerba igualmente a ideia de neutralidade, uma vez que é tido e apresentado como universal, ideal e ontologicamente estável, incontestado e incontestável (Richmond, 2005). Os media para a paz acabam assim por ser apresentados como um equipamento positivo e apolítico que sustentam a sua acção em mandatos baseados num objectivo (aparentemente) ideal, universal e consensual: a própria paz.

Ha aqui, portanto, um problema de branqueamento e de atribuição de linearidade a políticas e instrumentos políticos de intervenção complexos, detentores de agendas próprias e sustentados por dinâmicas de interesses, poder e interdependência.

A ausência de linearidade e a heterogeneidade e complexidade dos processos que sustêm a acção dos media para a paz tornam-se visíveis no registo de uma clara contradição entre o mandato que tem legitimado, do ponto de vista intelectual e político-institucional, a sua acção em contextos de reconstrução pós-bélica, e as condições de paz que os media para a paz, na verdade, promovem no terreno (Santos, 2007). Se do ponto de vista formal o princípio que subjaz a este tipo de intervenção está intimamente relacionado com a ideia de educação para uma paz positiva (Galtung, 1996), o que acontece no terreno é que os media para a paz tendem maioritariamente a dirigir o seu trabalho e a sua programação para a mera normalização de comportamentos e estruturas, gerando apenas as condições propícias para uma paz de baixa intensidade.

Porém, esta discrepância entre discursos e condições não é de todo inédita no quadro de políticas e instrumentos de intervenção internacional. É precisamente a partir da identificação da reprodução contínua dessas inconsistências, entre teoria e prática, que surge o enunciado de análise a desenvolver.

Partindo de dois pressupostos - o reconhecimento da preponderância da estrutura sobre as dinâmicas dos agentes e a noção da existência de uma relação escorregadia que se estabelece entre linguagem (aparentemente) neutra e mecanismos (invisíveis) de poder - proponho-me desenhar um paralelismo entre a intervenção externa no âmbito das missões de *peacebuilding* e as que se inserem no sistema da ajuda internacional. Tratando-se em ambos os casos de sistemas de intervenção internacional cumulativos no tempo e dominantes na actualidade, recorro a dois conceitos como eixos de análise: ideologia e tecnologia.

O objectivo proposto consiste em traçar uma linha cronológica de discursos e de

dinâmicas do sistema de intervenção em análise, procurando identificar denominadores comuns e denunciar assim os traços viciados das estruturas internacionais. A escolha desses dois conceitos - tecnologia e ideologia - justifica-se pelo facto de serem os que melhor caracterizam a especificidade (e complexidade) dos media para a paz, projectando-se também nas inconsistências dos dois sistemas em análise. Pretendo, deste modo, apresentar uma proposta conceptual para a análise dos diferentes mecanismos que sustentam a acção dos media para a paz, contribuindo para a identificação de pistas de agenda de investigação.

2. Clarificação conceptual e sinergias de análise

Os conceitos de ideologia e tecnologia são muito pouco consensuais e frequentemente contestados. Diferentes disciplinas e perspectivas têm-se debruçado sobre estes conceitos, construindo entendimentos díspares ou mesmo divergentes, o que contribui para a existência de múltiplos posicionamentos e opções relativamente à sua significação. Binómios como neutralidade/intencionalidade, conteúdo/forma, no que se refere ao conceito de tecnologia; e bom/mau, dominação/resistência, dogma/sofisticação política, em relação ao conceito de ideologia, têm balizado, no essencial, este debate.

Por tecnologia entendo aqui “não apenas uma máquina específica ou um método particular, mas um sistema mais genérico e interligado” (McQuire, 2006: 254), pautado pela racionalidade e eficiência material, mas que se consubstancia também num fenómeno bilateral subjectivo e que cria, pela sua acção, contextos dentro dos quais se geram as práticas sociais e políticas, se constroem as percepções dos actores e se reproduzem as estruturas. Ainda que habitualmente exposta de forma branqueada por meio das retóricas da eficiência, da racionalidade e do determinismo progressista, verifica-se frequentemente uma clara tónica na dimensão subjectiva e em rede do conceito, isto é, a percepção da tecnologia como algo material e sobretudo enquanto instrumento, não-neutro, de poder. Ou seja, conseqüentemente, enquanto instrumento activo na construção da realidade, quer ao nível da modelação social, quer ao nível da sustentação da acção política. Não reconhecer a ausência de neutralidade à acção tecnológica equivale a afirmar que a Muralha da China ou o Muro de Berlim não estão imbuídos, nem transpiram, propósitos políticos e ideologias (Feensburg, 1991), por serem inanimados, feitos de betão e com objectivos racionais e técnicos - de vigilância ou de fronteira.

O poder do domínio tecnológico pode deste modo ser entendido a partir de duas

perspectivas, que se complementam: (1) a tecnologia em si própria e; (2) a tecnologia enquanto ferramenta susceptível de ser instrumentalizada. Se por um lado, a ausência de neutralidade da tecnologia se pauta pela sua própria natureza tecnológica (materiais, cores, sons produzidos, etc.) que confere textura aos ambientes que a envolvem (McLuhan, 2005), influenciando predisposições, e aos espaços onde as pessoas desenvolvem a sua vida diária; por outro lado, prende-se com a ausência de autonomia operacional (Pool, 1983). Ou seja, suscita a identificação de uma subjectividade nos actores que a manuseiam e nas estruturas que esses mesmos actores integram e que, por sua vez, os condicionam.

Daí que a tecnologia possa ser vista como um instrumento de poder, de conformação, coacção e revolução. Quando, como afirma Andrew Feenburg (1991), quer no ponto de partida quer no ponto de chegada do domínio tecnológico, se encontram actores racionais, acção técnica materializa-se, geralmente, num exercício de poder e/ou de expansão/consolidação de ideologias. O final da corrente tecnológica pode sempre encontrar resistências que recusam a unidimensionalidade e a linearidade dos fluxos, conferindo ao domínio tecnológico importantes dinâmicas de sobreposição e interacção. É precisamente no patamar da subjectividade que a tecnologia e a ideologia se fundem, dando lugar à ideia de que “tecnologia é ideologia” (*Ibidem*) assim sublinhando a dependência da primeira face às especificidades dos projectos ideológicos das sociedades.

O conceito de ideologia, por sua vez, ainda que central na reflexão social e política, é amplamente flexível, registando-se discrepâncias abissais na sua interpretação. Se para uns a ideologia é vista como dogmática, para outros constitui uma sofisticação política. Refere-se, neste último caso, a modos de pensamento dominantes e baseia-se no interesse de uma determinada classe social, podendo ainda ser encarada como algo que é alimentado pelos dissidentes do *status quo* ou representando a ausência de interesse económico próprio. Alguns autores situam-na na esfera do pensamento e outros na esfera do comportamento ou da linguagem, com particular enfoque na dimensão política, do poder ou da vida em geral, atribuindo-lhe funções explicativas, legitimadoras, motivadoras ou repressoras (Gerring, 1997).

Neste artigo, o conceito de ideologia será entendido como referência aos sistemas de crenças, valores, princípios e atitudes que, defendendo uma determinada conduta promovida, conseguida ou mantida pelos seus proponentes, é reproduzida por meio do pensamento, dos discursos e dos comportamentos.

Nestes termos, o recurso ao conceito de ideologia visa os seguintes objectivos: (1)

justificar o exercício do poder, (2) explicar e julgar as políticas, os eventos históricos e os factos presentes, bem como os fins para os quais se dirigem as acções sociais e políticas organizadas, (3) ajudar a discernir o positivo/favorável/correcto do negativo/desfavorável/incorrecto, (4) apontar as relações (causais e morais) entre a política e as restantes esferas de actividade, que dão forma (e legitimidade a) a relações de poder (simétricas e/ou assimétricas). Como Downs (Gerring, 1997: 968) bem sintetiza, a “ideologia é a imagem verbal [comportamental e intelectual] do que se considera ser [subjectivamente] a boa sociedade”.

Porém, apesar das definições em questão terem contornos amplos, no quadro desta análise, o entendimento dado a cada um desses conceitos situa-se na interpretação da realidade da paz liberal e das políticas de intervenção internacional que a pretendem construir. Assim, definem-se vários níveis de análise em que cada conceito opera, oscilando entre estrutura e agente e balançando entre neutralidade e situacionismo, tecnicidade e agenda política.

3. Os media para a Paz

Em 1946, o Preâmbulo do Tratado Constituinte da UNESCO afirmava que se a guerra tem início na mente dos homens, será precisamente aí que as defesas da paz devem ser construídas (UNESCO, 1947). Ainda que datada de há mais de meio século, a ideia que lhe subjaz deu o mote para o início de uma linha de investigação *groundbreaking* que introduziu os meios de comunicação social como instrumentos cruciais na construção e, sobretudo, na educação para paz. Contrariava-se, assim, a tendência histórica, até então registada, de os media serem apenas um veículo eficaz na difusão de mensagens negativas, começando-se também a questionar os pressupostos ideológicos do jornalismo tradicional e as referências do desempenho dos media profissionais.

A partir da década de sessenta, no seio dos *Peace Studies* começou-se a consolidar um consenso crescente sobre a pertinência de os media passarem a orientar a sua programação e informação tendo em vista concertar oposições entre as diferentes partes envolvidas num conflito (com particular ênfase para os conflitos violentos) e de contrariar ou prevenir as dinâmicas estruturais e culturais que reconhecidamente geram e legitimam a violência. Surgia, deste modo, o esboço da proposta dos “media para a paz”. Acreditava-se que a realidade não passa de algo subjectivamente construído pelos diferentes actores, a partir da sua percepção humana, da sua experiência social e dos discursos assimilados (Harris e Morrison, 2003: 14), relevando

uma clara preponderância do imaginário individual e colectivo na determinação da opção pela violência ou pela paz e, acima de tudo, assumindo-se que esta última deve ser interpretada enquanto conceito (e projecto) positivo (Galtung, 1996).

No final da década de oitenta, a proposta dos media para a paz foi cooptada pelos modelos de resposta político-institucionais da comunidade internacional, especificamente das Nações Unidas, no âmbito das suas missões de *peacebuilding*, mas também por ONG e por doadores bilaterais (muitas vezes em parceria com a ONU), passando a natureza desta proposta de marginal e alternativa para o *mainstream* académico e político-institucional.

Entre os tipos de intervenção construtiva,¹ conta-se a criação de media para a paz, isto é, do recurso a meios de comunicação social que assumem como objectivo principal contribuir, através da sua programação, para a superação do trauma de guerra e para o combate a tudo aquilo que, no subconsciente individual ou na tradição colectiva, puder estimular a perpetuação e a legitimação da violência (Hieber, 1998 e 2001). Os media para a paz cumprem essa função através da promoção de espaços de debate e de interactividade, ou do recurso a modelos como a radionovelas em que, recorrendo à reprodução de histórias reais num registo de ficção, se sugerem pistas de leitura da realidade que vão ao encontro de uma determinada interpretação, tendo em vista a consequente adopção de atitudes mais positivas e construtivas (Hieber, 2001: 9).

Contudo, ainda que se insiram primordialmente na dimensão psico-social das missões que integram, os media para a paz assumem sobretudo um papel de otimizador de impacto das dimensões funcionalistas e ideológicas do projecto da paz liberal. Termos como “propaganda para a paz” (Spicer, 1994) ou “*Intended Outcome Programming*” (Howard, 2002: 11) são algumas das expressões usadas para definir esta intervenção internacional e que encontra materialização em projectos como a Star Radio, na Libéria, a Radio Okapi, na República Democrática do Congo, ou nas produções Talking Drum Studio, na África Ocidental.

Tecnologia e ideologia encontram, assim, na figura dos media para a paz, um nível de enlace claramente rematado e coeso. São, nestes termos, a simbiose dos dois conceitos pela sua dupla natureza - ideia e técnica / conteúdo e forma / instrumento e estrutura.

¹ A intervenção internacional ao nível dos meios de comunicação social conhece, no essencial, dois tipos de acção: construtiva (formação para jornalistas, desenvolvimento de estruturas legais que permitam a liberdade de expressão e, acima de tudo, a criação de media para a paz) e coerciva (bombardeamento ou *jamming* de media que incitem à violência).

Porém, os objectivos explícitos nos mandatos e na literatura que apoia e legitima a acção destes actores e destas intervenções não se projectam nos resultados nem nas dinâmicas de trabalho que os sustentam. Se do ponto de vista formal o princípio que subjaz a este tipo de intervenção está intimamente relacionado com a ideia de educação para uma paz positiva (Galtung, 1996), o que acontece no terreno é que os media para a paz tendem maioritariamente a dirigir o seu trabalho e a sua programação para a mera normalização de comportamentos e estruturas, criando apenas as condições para uma paz de baixa intensidade (Santos, 2007).

4. Um mimetismo das dissonâncias?

Motivações missionárias, securitárias, ideológicas, de poder ou de sobrevivência são elementos raramente ausentes nas dinâmicas de intervenção internacional, principalmente no que respeita a questões relacionadas com a guerra e a paz. O último século tem sido particularmente rico relativamente a rostos de intervenção internacional desse cariz. Figuras como a intervenção humanitária, a ajuda para o desenvolvimento e, mais recentemente, as missões de paz são alguns dos exemplos mais completos do intervencionismo actual. Pela agenda que integram e pelos contornos estruturais e ideológicos que tomam, destacam-se duas formas de intervenção: a ajuda internacional e as missões de *peacebuilding*.

Com início antes da Segunda Guerra Mundial, o sistema de ajuda internacional conheceu uma abrangência e complexidade maiores (ao nível das questões a que dá resposta, dos actores e fluxos de dinheiro envolvidos), sobretudo a partir da segunda metade do século XX (Haan, 2009). Afirmando como objectivo central o desenvolvimento dos povos e como preocupação primeira o seu subdesenvolvimento, o sistema de ajuda internacional tem conhecido uma arquitectura intrincada, na qual múltiplos actores e complexos e contraditórios fluxos se cruzam e onde a produção de conhecimento, a inovação técnica das propostas e dos planos são uma constante (*Ibidem*).

Porém, diferentes denominadores comuns e invariâncias estruturais têm permanecido. Apesar das suas intenções discursivas e da retórica da indústria do desenvolvimento, diferentes e amargas experiências mostraram os limites da sua acção, criando uma ampla lacuna entre o que a teoria postula e o que a prática comprova. As metodologias de intervenção hierárquicas; as relações de poder assimétricas; a concentração no topo da pirâmide da ajuda e os seus interesses, negligenciando os dos receptores e suas necessidades; a preocupação muito maior (e

excessiva) com os seus objectivos, segurança e sobrevivência do que com a ética subjacente aos discursos, são alguns dos elementos que saltam à vista em diversas análises desenvolvidas sobre o sistema da ajuda internacional (Sogge, 2001; McMichael, 2010).

Muitas destas dissonâncias da ajuda internacional, mesmo depois de reconhecidas por diferentes instituições (particularmente académicas, mas também políticas), foram reproduzidas pelo sistema e pelos mecanismos de *peacebuilding*, cuja actividade maior e mais complexa emergiu apenas a partir do final da Guerra-Fria, tendo em vista, precisamente, a resolução de conflitos violentos - que a literatura apelidou de "novas guerras" (Kaldor, 1999) - e a criação, por fim, das condições para a construção do projecto liberal da modernidade (Holm e Sorensen, 1995: 9) há tanto tempo desejado e que, com a derrota do projecto comunista, parecia agora inevitável e infalível.

Partilhando princípios ideológicos semelhantes e cumulativos ao longo do tempo, as falhas comuns fornecem-nos pistas de análise extremamente ricas do ponto de vista das invariâncias das dinâmicas estruturais e da oposição ou concertação entre agentes e estruturas, podendo ser analiticamente sumarizadas em dois eixos de análise: ideologia e tecnologia.

A dimensão ideológica dos sistemas de ajuda e de *peacebuilding* parte de uma visão não-determinista sobre o subdesenvolvimento e o conflito violento (ou seja, ambos os fenómenos são vistos não como naturais, indiscriminados e imprevisíveis, mas como social e internamente construídos); e também de uma perspectiva universal, do ponto de vista do seu discurso, que apresenta o desenvolvimento e a paz como duas ideias objectivas, como dois estados evolutivos que todas as sociedades no mundo, mais cedo ou mais tarde, atingirão. A tese do fim da História de Fukuyama (1992) descreve bem este universalismo, bem como o fatalismo que o acompanha. Porém, se os princípios ideológicos da ajuda para o desenvolvimento e da paz liberal, habitualmente considerados conceitos convergentes (Miller, 2009), se encontram profundamente enraizados nas ideias iluministas de igualdade, capacitação, racionalidade e individualidade, eles são também habitualmente acompanhadas por um quadro ideológico interpretativo extremamente etnocêntrico (e alimentado por relações de poder assimétricas que estabelecem uma linha entre *HAVE* e *HAVE NOT* desta receita de bem-estar universal), contradizendo de alguma forma esses mesmos princípios.

De acordo com David Sogge (2001), o poder de diagnosticar os problemas do

desenvolvimento e da paz conferem aos actores internacionais o poder de interpretar as crises e as situações existentes de acordo com os produtos e os serviços de que dispõem. Assim, os procedimentos metodológicos de intervenção negligenciam os princípios ideológicos basilares, fazendo com que a acção no terreno acabe por ser pior sucedida do que aquilo que os discursos anunciam ou permitem adivinhar. Se este quadro interpretativo hierárquico e a negligência das especificidades e necessidades locais têm sido uma das falhas apontadas ao sistema da ajuda desde a década de cinquenta, as intervenções de *peacebuilding* acabaram por cometer exactamente o mesmo tipo de erros. Um grelha ideológica interpretativa claramente etnocêntrica e uma metodologia de intervenção extremamente técnica e funcionalista, que se sobrepõe à ideologia, são dois dos elementos a destacar quando se tenta identificar os responsáveis por esta lacuna teoria vs. prática.

Neste sentido, quase que parece estarmos a assistir à transformação da personagem criativa de *Charlie Chaplin, Charlot*, em várias personagens reproduzidas na linha de produção *fordista*. A opção por uma intervenção técnica e estandardizada, bem como a manutenção de peritos externos no terreno como chefias, são o sintoma mais visível do modo como a metodologia de intervenção internacional faz emergir a natureza hierárquica destes sistemas. Jurgen Habermas (2006) é particularmente assertivo quando afirma que a hierarquia da técnica (aparentemente neutra) se funde com a hierarquia social, sublinhando as dinâmicas de poder que os princípios universais, igualitários e emancipadores não pareciam preencher. E precisamente no seguimento desta ideia que surge a importância do conceito de tecnologia na interpretação e desconstrução das políticas de intervenção internacionais. Além de estar associado ao racionalismo e evolucionismo do projecto ideológico, e portanto à ideologia subjacente aos dois sistemas de intervenção, a ideia de tecnologia ajuda sobretudo a perceber não só a metodologia da intervenção, mas igualmente a descortinar a natureza situada destas mesmas políticas, uma vez que um dispositivo tecnológico pressupõe um comando de produção e de operação.

Ainda que a sua dinâmica de trabalho se insira numa lógica de *bottom-up*, isto é numa opção de trabalho com claro enfoque nas dinâmicas dos actores locais, indo assim ao encontro das componentes discursivas do projecto da paz liberal, e sendo uma tecnologia com espaço de participação técnica e ideológica local, os media para a paz acabam por ser mais um estudo de caso típico das inconsistências entre teoria e prática na esfera de intervenção internacional e da sobreposição das dinâmicas de poder das retóricas de intervenção. Editores externos, ausência de participação local ao nível técnico e nos processos de tomada de decisão, bem como a presença óbvia e

uniforme da ideologia ocidental (Miller, 2009) - particularmente no que toca as normas de conduta jornalística, bem como relativamente a considerações estruturais e padrões de comportamento nas suas programações - constituem uma clara prova da natureza hierárquica destas políticas de intervenção (Santos, 2008).

5. Conclusão

Os media para a paz constituem uma ferramenta importante em relação à modelação de percepções, comportamentos e construções sociais, acção política e hierarquias axiológicas, emergindo assim como um actor relevante na construção da paz. Na verdade, os meios de comunicação social modelam o que as pessoas sabem ou ignoram, o que incluem ou excluem do seu conhecimento (E.Shaw *apud* Wolf, 2001: 144). É possível entender este poder em termos de eventos isolados ou de processos de interpretação. Para além da capacidade de condicionar as percepções mais imediatas, a linguagem dos media perpetua sobretudo a troca de valores simbólicos (Bourdieu, 1991; Austin, 1962; Jabri, 1996), uma vez que há uma subjectividade no planeamento da sua informação e programação, bem como na sua absorção (Hall, 1973). Porém, o seu potencial enquanto actor de transformação e de construção da paz parece ser amputado pelas condições estruturais em que está integrado.

Neste sentido, as principais questões que importa neste momento colocar são as seguintes: poderemos considerar o sistema de ajuda internacional e o modelo de acção no âmbito das missões de *peacebuilding* como intervenções reconhecidamente esforçadas mas com um défice de aprendizagem? A inconsistência teoria/prática representa apenas um "arranhão" mínimo e irrelevante num corpo são, ou devemos ir muito mais além na nossa análise?

Os conceitos de ideologia e de tecnologia ajudam-nos a perceber as dinâmicas persistentes ao nível das estruturas no sistema moderno. E é precisamente aqui que se revelam úteis para a análise das dinâmicas de trabalho dos media para a paz, bem como da estrutura em que estes se integram. A ideologia é, na verdade, o motor da engrenagem filosófica que alimenta e legitima a acção dos media para a paz e o sistema de intervenção que estes integram. Mas a ideologia é também um factor limitador, tanto numa perspectiva assimilacionista (tornar o outro igual a nós próprios), como na perspectiva que confere um quadro interpretativo restrito da realidade que divide (artificialmente) o mundo: entre os que ainda não têm; os que ainda não chegaram; os que sabem como se faz e os que ainda não sabem, limitando a leitura de diagnóstico e de acção dos actores envolvidos.

A ideia de tecnologia ajuda a explicar não só a metodologia da intervenção, mas também, e sobretudo, a neutralidade da retórica e o carácter situado da prática. A ideia de usar precisamente os conceitos de ideologia e tecnologia - estandartes da intervenção - como ferramentas da sua desconstrução é igualmente, neste sentido, um desafio conceptualmente muito interessante.

O sistema de ajuda para o desenvolvimento, bem como o modelo de *peacebuilding*, ainda que ideologicamente semelhantes e coerentes com princípios de racionalismo, liberdade, individualidade e emancipação, acabam por ser duas expressões de uma mesma matriz de governação que, assumindo-se como universal, é extremamente situada nos interesses e nas ambições, e profundamente hierárquica nas metodologias e nas metas conquistadas, mesmo quando essa realidade é claramente branqueada pelos propósitos ideológicos formais que sustentam a sua acção.

Referências Bibliográficas

- Austin, John Langshaw (1962), *How to do Things with Words*. Oxford: Clarendon Press.
- Bourdieu, Pierre (1991), *Language and Symbolic Power*. Cambridge: Polity Press.
- Feenberg, Andrew (1991), *Critical Theory of Technology*. New York: Oxford University Press.
- Fukuyama, Francis (1992), *The End of History*. London: Penguin.
- Galtung, Johan (1996), *Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization*. London: Sage Publications.
- Gerring, John (1997), "Ideology: A Definitional Analysis", *Political Research Quarterly*, 50, 957-94.
- Haan, Arjam (2009), *How the Aid Industry Works*. Sterling: Kumarian Press.
- Habermas, Jürgen (2006), *Técnica e Ciência como Ideologia*. Lisboa: Edições 70.
- Hall, Stuart (1973), *Encoding and Decoding in TV Discourse*, Working Papers in Cultural Studies.
- Harris, Ian; Morrison, Mary Lee (2003), *Peace Education*. North Carolina: McFarland.
- Hieber, Loretta (1998) "Media as intervention: a report from the field", *Track Two*, 7 (4), <http://www.ccr.uct.ac.za/archive/two/7_4/index74.html>, acedido em Março de 2006.
- Hieber, Loretta (2001) "*Lifeline Media: Reaching Population in Crisis - A Guide to Developing Media Projects in Conflict Situations*", Media Action International, <<http://www.impacs.org/files/MediaPrograms/lifelinemedi.pdf>>, acedido em Fevereiro de 2006.
- Holm, Hans-Henrik; Sorensen, George (1995), *Whose World Order? Uneven Globalization and the End of the Cold-war*. Boulder: Westview Press.
- Howard, Ross (2002), "An Operational Framework for Media and *Peacebuilding*",

IMPACS, <http://www.impacs.org/actions/files/MediaPrograms/framework_apr5.pdf>, acedido em Abril de 2005.

Jabri, Vivienne (1996), *Discourses on Violence: Conflict Analysis Reconsidered*. Manchester: Manchester University Press

Kaldor, Mary (1999), *New and Old Wars: Organised Violence in Global Area*. Cambridge: Polity Press.

McLuhan, Marshall (2005), *Understanding Media: The Extensions of Man*. London: Routledge.

McMichael, Philip (2010), *Contesting development*. New York: Routledge.

McQuire, Scott (2006) "Technology", *Theory, Culture & Society*, 23 (2-3), 253-265.

Miller, James (2009), "NGO and «Modernization» and «Democratization» of Media: Situating Media Assistance", *Global Media and Communication*, 5 (1), 9-33.

Pool, Ithiel de Sola (1983), *Technologies of Freedom*. Cambridge, MA: Belknap Press.

Richmond, Oliver (2005), *The Transformation of Peace*. Houndmills: Palgrave Macmillan.

Santos, Sofia José (2007), *Análise crítica ao papel dos meios de comunicação social para a paz integrados no modelo de reconstrução pós-conflito das Nações Unidas. O caso da Rádio Okapi e da Rádio Mandeleo na República Democrática do Congo*, Tese de Mestrado. Coimbra: University of Coimbra (policopiado).

Santos, Sofia José (2008), "Media para a Paz: Uma agenda de investigação, uma agenda de intervenção", *Pax Online Newsletter*, 10, Centro de Estudos Sociais: Universidade de Coimbra.

Sogge, David (2001), *Reflections on Humanitarian Action*. London: Pluto Press.

UNESCO (1947), UNESCO Constitution, <http://www.unesco.org/education/information/nfsunesco/pdf/UNESCO_E.PDF>, acedido em Maio 2010

Wolf, Mauro (2001), *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.

Nota biográfica

Sofia José Santos é Doutoranda do Programa de Doutoramento em Política Internacional e Resolução de Conflitos, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, orientada pelo Prof. Doutor José Manuel Pureza, e membro da equipa de edição e tradução da "P@x", *Newsletter* do Núcleo de Estudos para a Paz / Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Tem o grau de Mestre em Política Internacional e Resolução de Conflitos pela mesma Faculdade, especializou-se em Jornalismo pelo Centro Protocolar de Formação para Jornalistas (CENJOR) e é licenciada em Relações Internacionais pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Foi ainda estagiária no Centro de Informação das Nações Unidas em Portugal e Técnica Superior no Gabinete de Relações Internacionais da Escola Superior de Educação de Coimbra. Concluiu em Fevereiro de 2009 um período de mobilidade de seis meses na Universiteit Utrecht (Holanda), orientado pelo Professor Ton Robben e é actualmente *visiting scholar* no *Flemish Peace Institute*; em Bruxelas (Bélgica), orientada pelo Dr. Tomas Baum. Os seus actuais interesses de investigação centram-se em questões relacionadas com media, paz e violências e media e *peacebuilding*.

Contacto: sofijosesantos@gmail.com